

A OBSOLESCÊNCIA DOS PARQUES INFANTIS E A DESTINAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

dois exemplares de Santo Amaro, São Paulo

The obsolescence of children's parks and the equipment's destinations
two examples from Santo Amaro, São Paulo

La obsolescência de los Parques Infantiles y el destino de los equipos:
dos ejemplares de Santo Amaro, São Paulo

Luciana Monzillo de Oliveira, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana
Mackenzie, luciana.oliveira@mackenzie.br

RESUMO

O presente artigo aborda a relação entre equipamento educacional infanto-juvenil e o contexto urbano da cidade de São Paulo entre os anos de 1935 e 1985, período em que perduraram as instituições públicas denominadas de parques e recantos infanto-juvenis. Os equipamentos eram destinados ao atendimento das crianças e jovens das classes operárias e foram idealizados por Mário de Andrade durante sua participação como Secretário da Cultura de São Paulo. O objetivo é recuperar a história dos parques infantis e ilustrar como os equipamentos distribuídos nas diversas zonas da cidade, principalmente em locais com vocação industrial, implantados em grandes lotes, em pontos estrategicamente localizados e com relativa permeabilidade visual entre o interior e o exterior contribuíram para a apropriação e participação da população nas atividades sociais promovidas pela municipalidade. A pesquisa de base historiográfica apoia-se sobre o argumento de que a desativação dos parques infantis em função da modernização das políticas educacionais na área infanto-juvenil refletiu em alterações não apenas nos parâmetros pedagógicos e sociais, como também impactou as relações urbanísticas e sua articulação com o entorno imediato. Os dois estudos de casos selecionados em Santo Amaro, representam dois exemplos distintos de destinações de uso após a desativação dos mesmos.

Palavras-chave: Parque infantil, bairro operário, Santo Amaro, política pública.

Linha de Investigação:

B1_Teoria e História da Cidade e do Território

ABSTRACT

This article discusses the relationship between children's educational equipment and the urban context of the city of São Paulo between 1935 and 1985, a period in which public institutions called parks and children's corners lasted. The equipment was intended for the care of working-class children and young people and was designed by Mário de Andrade during his participation as São Paulo's Secretary of Culture. The objective is to recover the history of playgrounds and illustrate how the equipment distributed in the different areas of the city, mainly in places with an industrial vocation, implanted in large lots, in strategically located points and with relative visual permeability between the interior and the exterior, contributed to the appropriation and participation of the population in the social activities promoted by the municipality. The historiographic-based research is based on the argument that the deactivation of playgrounds due to the modernization of educational policies in the children's and youth area reflected in changes not only in pedagogical and social parameters, but also impacted urban relations and their articulation with the immediate surroundings. The two case studies selected in Santo Amaro represent two distinct examples of uses after their deactivation.

Keywords: Children's playground, working class neighborhood, Santo Amaro, public policy.

Linha de Investigação

B1_Theory and History of the City and the Territory

RESUMEN

Este artículo discute la relación entre el equipamiento educativo infantil y el contexto urbano de la ciudad de São Paulo entre 1935 y 1985, período en el que perduraron las instituciones públicas denominadas parques y rincones infantiles. El equipamiento estaba destinado a la atención de niños y jóvenes de clase trabajadora y fue diseñado por Mário de Andrade durante su actuación como Secretario de Cultura de São Paulo. El

objetivo es recuperar la historia de los parques infantiles e ilustrar cómo se distribuyeron los equipamientos en las diferentes zonas de la ciudad, principalmente en lugares con vocación industrial, implantados en grandes lotes, en puntos estratégicamente ubicados y con relativa permeabilidad visual entre el interior y el exterior. exterior, contribuyó a la apropiación y participación de la población en las actividades sociales promovidas por el municipio. La investigación de base historiográfica parte del argumento de que la desactivación de los parques infantiles por la modernización de las políticas educativas en el área infantil y juvenil reflejó cambios no solo en los parámetros pedagógicos y sociales, sino que impactó en las relaciones urbanas y su articulación con el los alrededores más cercanos. Los dos estudios de caso seleccionados en Santo Amaro representan dos ejemplos distintos de usos después de su desactivación.

Palavras chave: Parque infantil, barrio obrero, Santo Amaro, política pública.

Linha de Investigação

B1_Teoría e Historia de la Ciudad y el Territorio

1. Introdução

O presente artigo aborda a relação entre equipamento educacional infanto-juvenil e o contexto urbano da cidade de São Paulo entre os anos de 1935 e 1985, período em que perduraram as instituições públicas denominadas de parques e recantos infanto-juvenis. Os equipamentos usufruíam da prerrogativa de serem elementos atrativos à população e conseqüentemente foram utilizados como propaganda política dos consecutivos governos.

Os Parques Infantis foram idealizados pelo poeta e romancista Mário de Andrade (1893-1945) durante sua participação como Secretário da Cultura do Município de São Paulo, entre os anos de 1935 e 1938, na gestão do então prefeito Fábio da Silva Prado (1887-1963), que governou a cidade entre 1934 e 1938. Os equipamentos eram destinados ao atendimento das crianças e jovens das classes operárias e faziam parte do ideário de Mário de Andrade que pretendia mitigar os problemas sociais e culturais da população mais vulnerável, pois considerava inadmissível a divisão no acesso à cultura entre a elite e o povo, uma vez que todos deveriam ter acesso ao legado cultural brasileiro (Pesavento, 2015).

Os parques infantis podem ser considerados como a origem da rede de educação infantil paulistana e a primeira experiência brasileira pública municipal de educação (embora não escolar) para crianças de famílias operárias que tiveram a oportunidade de brincar, de ser educadas e cuidadas, de conviver com a natureza, de movimentarem-se em grandes espaços (Faria, 1999:2).

Miranda (1942) associa a criação dos Parques Infantis com os precedentes propostos por três educadores atuantes no final do século XVIII: Pestalozzi, Fichte e Froebel. Segundo o autor, Pestalozzi preconizava que a educação infantil era incumbência exclusivamente materna, enquanto Fichte era a favor da delegação ao Estado da responsabilidade de formação das crianças. Froebel, por sua vez, foi o proponente da conciliação dos dois pensamentos, propondo que a educação infantil fosse compartilhada entre a família e o Estado, sugerindo que a criança “deve passar algumas horas do dia fora do lar, numa comunidade infantil, entreando-se aí com atividades organizadas” (Miranda, 1942:2). Froebel denominou os espaços que abrigariam essas atividades, de Jardins da Infância, e orientou que eles deveriam proporcionar atividades para fortalecimento físico, para estimular os sentidos e o espírito. Além disso o educador inventou alguns jogos que utilizavam bolas, cubos e quadrados e atividades manuais, como modelagem de argila e cortes em papel.

As propostas exploradas por Froebel na Alemanha, foram levadas para os Estados Unidos em 1885 pela médica Maria Azkerzewska que sugeriu a instalação de um tabuleiro de areia em um jardim público da cidade de Boston. Em 1886 já estavam instalados três desses espaços recreativos em jardins públicos, conformando os primeiros parques infantis no solo norte-americano. A ideia espalhou-se e foi implementada em outros países da Europa, tais como: Inglaterra, Áustria, Bélgica, França, Holanda e também em países sul americanos: Argentina, Uruguai e Chile (Miranda, 1942).

De acordo com Niemeyer (2005), no final do século XIX e início do século XX, os parques infantis passaram a ser divulgados como equipamentos lúdico-pedagógicos que respondiam a uma demanda social que estava em curso e que visava a implantação de áreas livres públicas de lazer. As reivindicações populares neste período estavam vinculadas com as questões do lazer e do tempo livre em contraposição às longas jornadas de trabalho nas indústrias. Nesta época também proliferaram os debates sobre a necessidade de resolução das questões relacionadas com a salubridade e as ações de higiene pública.

A tipologia lúdico-pedagógica serviu então como uma possibilidade de enfrentamento das transformações sociais e urbanas decorrentes do industrialismo e tinha como um dos objetivos afastar o público infanto-juvenil das ruas, que passaram a ser consideradas como perigosas, insalubres e inóspitas (Niemeyer, 2005).

Durante a gestão do prefeito Engenheiro-arquiteto Luis Inácio Romeiro de Anhaia Melo, entre os anos de 1930 e 1931, iniciaram-se as discussões sobre a qualificação dos espaços livres públicos da cidade industrial moderna e três anos depois, a tipologia lúdico-pedagógica foi inserida como política pública a partir da implantação dos primeiros Parques Infantis na cidade de São Paulo pelo Ato 767, de 9 de janeiro de 1935 (Serão..., 1946).

Assim, o texto aborda o tema dos Parques Infantis de São Paulo, com o objetivo de colaborar para a discussão sobre a questão da relação entre equipamento público educacional e sua articulação com seu entorno urbano e social. O objetivo específico é recuperar a história dos parques infantis e ilustrar como os equipamentos distribuídos nas diversas zonas da cidade, principalmente em locais com vocação industrial, implantados em grandes lotes, em pontos estrategicamente localizados e com relativa permeabilidade visual entre o interior e o exterior contribuíram para a apropriação e participação da população nas atividades sociais promovidas pela municipalidade.

O argumento que se desenvolve é de que as referências bibliográficas que abordam o tema dos parques e recantos infantis apresentam relatos valiosos sobre a criação e o desenvolvimento da política pública de implantação dos equipamentos tanto sob o viés da prática educacional quanto dos programas oferecidos pelas instituições, porém, o aspecto relacionado com a inserção urbana e principalmente com a destinação dos terrenos, ainda é pouco explorado e divulgado. Portanto, a hipótese é de que a desativação dos parques infantis em função da modernização das políticas educacionais na área infanto-juvenil refletiu em alterações não apenas nos parâmetros pedagógicos e sociais, como também impactou as relações urbanísticas e sua articulação com o entorno imediato.

Trata-se de uma pesquisa historiográfica apoiada em três bases de dados: referências bibliográficas sobre o tema; artigos de jornais acessíveis nas bases digitais e cartografias disponíveis na base digital da Prefeitura do Município de São Paulo. Os objetos de estudo são dois parques infantis do distrito de Santo Amaro, na zona sul do município de São Paulo. Os parques selecionados compreendem dois exemplares construídos em terrenos distantes apenas 900 metros: o Parque Infantil Santo Amaro, inaugurado em 1938 e localizado na Avenida Adolfo Pinheiro e o Parque Infantil Borba Gato, inaugurado em 1953 e localizado na Rua Paulo Eiró. Além da excepcionalidade da proximidade entre os terrenos, os dois parques foram selecionados por representarem dois momentos diferentes de implantação dos equipamentos e por terem destinações distintas quando foram desativados.

2. Os Parques e Recantos Infantis de São Paulo

Em 1935 teve início em São Paulo, o Serviço Municipal de Jogos e Recreio, que posteriormente constituiria a Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Cultura. O órgão foi responsável pela implantação de um plano de assistência à infância paulistana, a partir da instalação de Parques Infantis e Recantos Infantis, com o objetivo de proporcionar uma vida saudável, alegre e instrutiva, sem custos para as famílias participantes (Os Parques..., 1951).

Os parques e os recantos infantis eram instituições aparentemente semelhantes, porém, destinadas a crianças de classes sociais e níveis econômicos diferentes e caracterizando, portanto, finalidades distintas. Os Parques Infantis tinham por objetivo, assistir, educar e recrear as crianças mais carentes sob todos os aspectos e os Recantos Infantis ofereciam distrações às crianças residentes em conjuntos residenciais e de apartamentos e que não possuíam área para recreação em função da exiguidade dos espaços para as atividades de lazer.

Os Recantos Infantis foram instalados prioritariamente em praças públicas próximas de áreas adensadas verticalmente. O primeiro Recanto Infantil foi inaugurado na Praça da República em 12 de novembro de 1946 (Meio..., 1950). Em seguida foram inaugurados mais dois recantos: no Jardim da Luz e na Praça Buenos Aires (atual Parque Buenos Aires).

Inicialmente foram abertos três Parques Infantis: Dom Pedro II, Ipiranga e Lapa. Em seguida, seriam inauguradas novas unidades: Santo Amaro (1938); Barra Funda; Vila Romana; Bom Retiro (1941) e Catumbi (1942), formando um conjunto de 8 parques infantis.

Nicanor Miranda, então Chefe da Divisão de Educação e Recreio, ao esboçar um programa inicial para o plano de trabalho de implantação dos equipamentos, utilizou a seguinte definição: "Um parque infantil é um

educandário ao ar livre, cuja finalidade é trazer ao conhecimento da criança os elementos da vida física, moral e intelectual, sob forma exclusivamente recreativa” (Miranda, 1936:95).

O conceito chave aplicado na proposta dos Parques Infantis era o da educação a partir da recreação. Maria Aparecida Duarte, Inspetora Geral dos Parques Infantis do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo apresentou o seguinte objetivo do equipamento:

Educar a criança, recreando-a, é o principal objetivo do Parque infantil. Seja ele instalado na Capital do Estado ou no mais pobre Município, a sua finalidade é a mesma: a educação sob todos os seus aspectos, físico, moral, social e intelectual, obtida pelo jogo – atividade normal da criança – e pelo brinquedo organizado (Duarte, 1941:303).

Segundo Maria Aparecida Duarte (1941), para a instalação de um Parque Infantil padrão deveriam ser seguidas as seguintes premissas: um lote localizado em um bairro populoso, com área de 8 a 10 mil metros quadrados, preferencialmente plano e com boa arborização, e que permitisse a instalação de um galpão ou possuísse uma construção que pudesse ser utilizada. O programa mínimo necessário para seu funcionamento era composto, portanto, por um galpão ou espaço para as atividades de grandes eventos e para ser utilizado nos dias chuvosos; sala para os profissionais; salas para médico e dentista; biblioteca; copa, instalações sanitárias com chuveiros e vestiários.

Segundo Niemeyer (2005) a ocupação do terreno com área construída coberta era por volta de 15%, ficando o restante da área liberada para a instalação de equipamentos ao ar livre e o plantio arbóreo e arbustivo próximos às divisas, servindo de cerca-viva e sombreamento para os dias quentes do verão. Os espaços externos abrigavam equipamentos para exercícios físicos, jogos e brincadeiras, piscina, quando possível, e uma área gramada e aberta para realização de eventos e apresentações ao ar livre.

As primeiras críticas públicas na imprensa identificavam o potencial da proposta dos equipamentos, mas já apontavam questionamentos com relação ao papel que iriam desempenhar na educação infantil:

É muito simpática a finalidade desses parques. Houve receio, a princípio, e entre alguns educadores, de que fizessem concorrência aos grupos, desviando as crianças dos bancos de estudo para os campos de divertimento e de esporte. Sabemos que algumas queixas chegaram a ser formuladas nesse sentido. A verdade, porém, é que os parques, desde que bem orientados, podem transformar-se em auxiliares das escolas públicas (Notas..., 1938:5).

Em 1942, Nicanor Miranda apontou as alterações e revisões que foram necessárias nas premissas programáticas dos parques infantis, como resposta às críticas recorrentes. O objetivo era modificar a ideia recorrente da população de que os parques serviam apenas como campos esportivos com abrigos, galpões e aparelhos recreativos para as crianças brincarem. Então Nicanor alterou a definição de Parques Infantis para: “logradouros públicos onde, pela recreação e pelo jogo organizado, se procura educar a criança, ministrando-lhe simultaneamente toda a assistência necessária” (Miranda, 1942:38).

Assim, aos Parques Infantis passaram a ser atribuídas três finalidades: assistir, educar e recrear, e foram incorporadas as modalidades de assistência médica, dentária e alimentar. Estas vieram somar às modalidades preexistentes de assistência social, educação e recreação, que já eram praticadas através de um conjunto de atividades: ginástica, jogos, bailados, torneios, biblioteca, jornais, clubes, música coral, modelagem, desenho, trabalhos manuais, excursões e festivais.

Em 1946 haviam somente sete parques infantis em funcionamento na capital, e a imprensa da época denunciava as falhas de estrutura e deficiência de organização dos parques existentes, ao mesmo tempo em que enfatizava a necessidade de implantação de novas unidades. A referência de modelo continuava sendo o exemplo adotado nos Estados Unidos, onde os parques infantis ocupavam um lugar de destaque e estavam disseminados no país. A maior crítica se referia à necessidade de contratação de organismos técnicos e de educadores que efetivamente empregassem técnicas educativas nas atividades propostas:

O serviço de parques infantis, entregues à orientação da prefeitura municipal, está a exigir grandes reparos para que ele possa produzir os frutos para os quais foi criado. Inicialmente devemos acentuar que houve, de início, um erro: a falta de técnicos capazes de organizar os parques em bases sólidas e eficientes. Temos poucos parques. E esses poucos são ineficientes (Serão..., 1946:3).

No total a Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura da Municipalidade gerenciava, em 1946: os sete parques infantis que funcionavam em dois períodos; quatro clubes de menores e um clube de moças, distribuídos por alguns dos bairros de maior densidade de população; e um acampamento próximo à represa do Guarapiranga. Em conjunto, as unidades assistiam diariamente, aproximadamente, um total de 4.500 crianças, 600 rapazes e 150 moças, o que era considerado pouco em proporção a população da época (SERÃO..., 1946).

Em 1950 estavam funcionando em São Paulo: 22 parques infantis, 2 recantos infantis, 6 centros de rapazes e 4 centros de moças, e no conjunto foram registradas 553.453 frequências nos primeiros 6 meses do ano (Meio..., 1950).

O secretário da época, o advogado Dr. Pedro Brasil Bandecchi reconheceu a existência de algumas falhas nos parques infantis e recantos e que a solução estava dependendo da liberação de recursos já definidos pelo executivo municipal, cujo prefeito era o Sr. Amando de Arruda Pereira (1889-1955). Além disso já estava prevista a substituição dos parques infantis de Santo Amaro e Lins de Vasconcelos, em função da insuficiência de vagas diante da demanda existente (Ribeiro, 1952:10).

Segundo Niemeyer (2002), a segunda metade da década de 1950 seria a mais produtiva do programa de implantação de Parques Infantis desde sua criação, pois os mesmos eram utilizados como plataforma política e tinham muito apreço pela população carente. Entre os anos de 1954 e 1960 foram construídos 61 parques infantis, sendo que destes, 34 foram implantados apenas no ano de 1956. Durante a gestão do Brigadeiro Faria Lima (1965-1969) foram inaugurados 11 novos Parques Infantis (Niemeyer, 2002).

A partir da promulgação do Decreto-Lei 3.185, em 1956, quando é implantada a rede pública de ensino primário, os parques infantis passaram a conviver com as novas classes escolares e tem-se o início do enfraquecimento de sua força política e o Ensino primário gradativamente foi esvaziando o papel dos parques infantis (Niemeyer, 2002).

A partir de então os Parques Infantis foram sofrendo gradualmente processos de degradação em função da diminuição ou mesmo falta de verbas para o pleno funcionamento. Em 29 de julho de 1975 foi promulgado o Decreto nº 12.115 que regulamentou o Quadro do Ensino Municipal e seus respectivos cargos e funções dentro da carreira do Magistério Municipal. O Artigo 49 do Decreto dispõe que: "Passam a denominar-se Escolas Municipais de Educação Infantil, os atuais Parques Infantis do Departamento de Educação Infantil" (São Paulo, Município, 1975) encerrando assim, oficialmente estes equipamentos.

3. Os Parques Infantis de Santo Amaro

O distrito de Santo Amaro, juntamente com os distritos do Campo Belo e Campo Grande compõem a Subprefeitura Santo Amaro localizada na região sudoeste do município de São Paulo. A importância geográfica, cultural e social do núcleo histórico original de Santo Amaro é descrita desde sua fundação em 1552, quando surgiu o povoamento próximo do aldeamento indígena dos Guaianazes que denominavam a região de Ibirapuera. Quase um século após a visita do Padre José de Anchieta, a igreja da região recebeu seu primeiro capelão, o Padre João de Pontes, em 1686. A povoação foi elevada à categoria de vila em 10 de julho de 1832 e permaneceu um núcleo independente até 1935, quando foi anexada ao município de São Paulo.

Mesmo após a anexação à Capital, a região do núcleo original permanece como uma referência e um polo de atração para a comunidade da zona sul de São Paulo, pois abriga um expressivo comércio popular e órgãos públicos e privados de significativa importância, tais como: hospitais, bibliotecas, museus e espaços culturais, cartórios, tabelionatos, Poupatempo, unidades do SESC, SENAC e do SENAI, escolas públicas, terminal de ônibus, estações de metrô e corredor de ônibus (Oliveira, 2019).

A região de Santo Amaro também acompanhou o processo de industrialização da capital paulista. Com o término da 2ª Grande Guerra, e a relativa estabilização da situação comercial e econômica dos países desenvolvidos, São Paulo entrou em uma nova fase de expansão baseada no desenvolvimento industrial. Com a valorização crescente dos terrenos localizados próximos à região central, aumentou-se a procura por localidades mais afastadas, como a região de Santo Amaro, para a implantação de novas indústrias.

Segundo Berardi (1981) os fatores atrativos de Santo Amaro foram: a facilidade de transporte da produção e a existência das represas e córregos que permitiam o escoamento de detritos, o que incentivou a instalação de algumas indústrias pesadas na região.

Em função de sua relevância histórica e econômica, Santo Amaro acabou sendo escolhida para sediar dois Parques Infantis: o Parque Infantil Santo Amaro (1938) e o Parque Infantil 4 (1953), atual Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI - Borba Gato.

3.1. Parque Infantil Santo Amaro

O Parque Infantil de Santo Amaro foi inaugurado oficialmente no dia 26 de junho de 1938 pelo Sr. Francisco Pati, diretor do Departamento Municipal de Cultura da época. No ato de inauguração foram apresentados números artísticos de dança, ginástica e jogos infantis (Notas..., 1938).

A obra foi desenvolvida pela então Subprefeitura de Santo Amaro e entregue para a administração do Departamento de Cultura. O terreno de formato retangular possuía área aproximada de 12 mil metros quadrados, conformando uma quadra isolada faceada pela Avenida Adolfo Pinheiro ao leste, Rua São José ao norte, Rua Salomão Karlik ao oeste e Rua Conde de Itu ao sul (Fig.1).

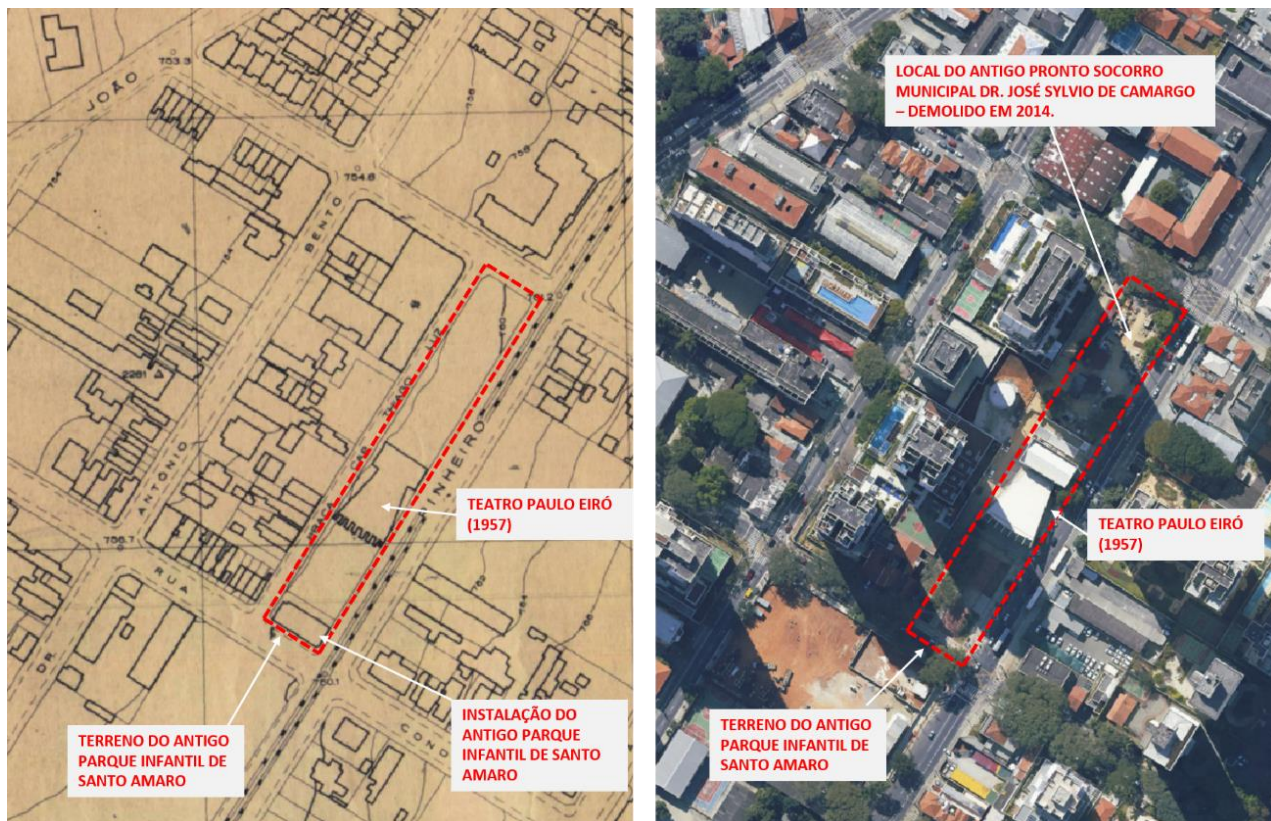


Fig. 1: À esquerda mapa de 1954 indicando o contorno do terreno e o galpão do Parque Infantil de Santo Amaro. À direita, foto aérea de 2017, mostrando o Teatro Municipal Paulo Eiró inaugurado em 1957 e implantado no centro do terreno do antigo Parque Infantil. Fonte: Elaborado com base em dados do Geosampa (2022).

O Parque Infantil Santo Amaro foi desativado na década de 1950, quando o terreno do parque foi escolhido para a implantação de um Teatro Municipal de bairro. A proposta fazia parte do programa do Convênio Escolar, que era um programa de parceria entre o município e o Estado de São Paulo, criado em 1949 e que propôs a implantação de um conjunto de teatros nos bairros periféricos da cidade.

O mapa de 1954 (Fig. 2) mostra que durante um período, conviveram no terreno, a edificação do Parque Infantil na face sudoeste e a construção do Teatro Paulo Eiró, que foi implantado no centro do terreno e que viria a ser inaugurado somente em 1957. A porção nordeste foi posteriormente ocupada pelo antigo Pronto Socorro Municipal Dr. José Sylvio de Camargo, que foi demolido em 2014 e o terreno foi utilizado para as instalações da obra de implantação da Linha 5- Lilás do Metrô.

Atualmente o Teatro Paulo Eiró tem em sua fachada principal, uma praça com um mural do artista Júlio Guerra, ocupando a porção onde antes estava implantado o galpão do Parque Infantil Santo Amaro, e na face posterior, continuam os tapumes das obras do metrô (apesar de a obra já ter sido concluída).

3.2. Antigo Parque Infantil 4 e atual EMEI Borba Gato

O antigo Parque Infantil 4, atual Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI - Borba Gato, iniciou suas atividades em 25 de janeiro de 1953. A escola está localizada na Rua Paulo Eiró, no terreno em frente à Praça Salim Farah Maluf e próxima da Praça Floriano Peixoto. O mapa de 1954 (Fig. 2) mostra que a quadra de

11.200 metros quadrados aproximadamente, abrigava em seu centro, a edificação do Parque Infantil e em sua face sul, a Biblioteca Pública Belmonte, que havia sido inaugurada em 1953.

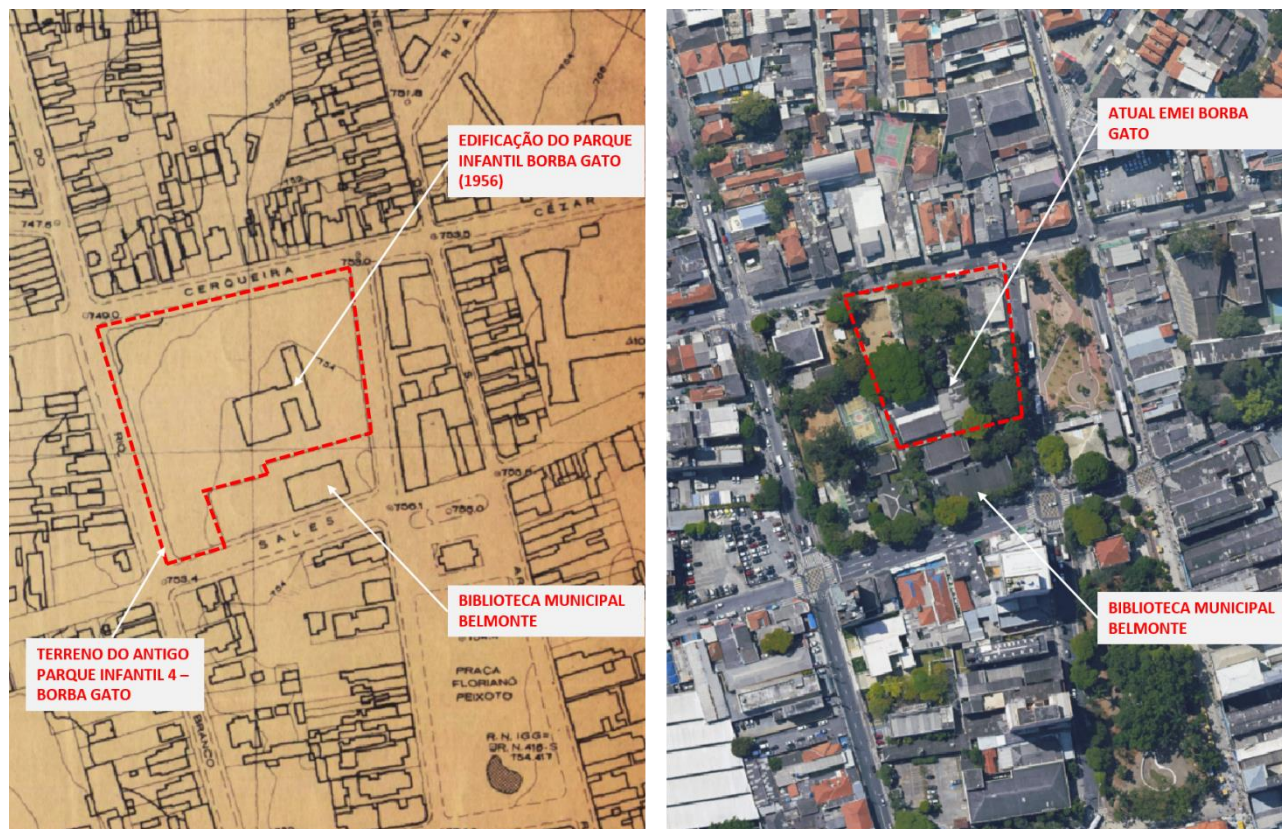


Fig. 2: À esquerda mapa de 1954 indicando o contorno do terreno e a edificação do Parque Infantil 4 – Borba Gato. À direita, foto aérea de 2017, mostrando a Biblioteca Municipal Belmonte e a edificação da atual EMEI Borba Gato. Fonte: Elaboração própria com base em dados do Geosampa (2022).

A edificação deixou de ser um parque infantil e passou a ser considerada oficialmente como uma unidade escolar a partir do Decreto nº 20.348, de 5 de novembro de 1984 (São Paulo, Município, 1984), que consolidou a criação de unidades escolares da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo, durante a gestão do prefeito Mário Covas.

A partir desta data, o terreno do antigo parque infantil foi dividido e ocupado por novas construções, perdendo assim sua característica de parque de recreação arborizado. Foram construídos a partir dos anos 1980: um anexo para a Biblioteca Pública Belmonte, cujo projeto original é do arquiteto Eduardo Corona (Oliveira; Pisani; 2022); uma edificação para a Creche Santo Agostinho, na face noroeste da quadra; um galpão para a Associação Cultural Corrente Libertadora, instituição não-governamental, implantado na porção nordeste, e um novo conjunto de salas de aulas da EMEI na face sudoeste da quadra.

Assim, a quadra passou a ser fracionada em três usos e fechada com muros cegos por quase todo seu perímetro, restando apenas as faces no entorno da Biblioteca Pública Belmonte, com um fechamento em gradil metálico vazado.

4. Considerações Finais

As políticas públicas educacionais refletem diretamente na organização do espaço e da ambiência escolar dos estabelecimentos de ensino, bem como na ocupação do território urbano onde as instituições estão implantadas. Assim, o equipamento educacional pode ser entendido como suporte físico da prática educacional e também como elemento de articulação e referência para o meio urbano onde está inserido. Os parques e recantos infantis representaram o suporte físico de uma política pública que perdurou temporalmente por quatro décadas, um fato incomum na gestão pública brasileira e que pode servir de exemplo como uma política de estado e não apenas de um governo. O relato do percurso temporal de dois exemplares de parques infantis do distrito de Santo Amaro, desde a inauguração até a desativação dos equipamentos demonstrou que as qualidades pedagógicas e de lazer abrangidas pelos equipamentos,

também se expressaram nas qualidades de implantação dos mesmos como objetos urbanos integrados com seu entorno.

A diferença na destinação final dos terrenos demonstrou duas soluções opostas: o terreno do antigo Parque Infantil Borba Gato foi desmembrado em lotes para abrigar diferentes equipamentos públicos e foi totalmente fechado com muros em todo o perímetro das divisas entre os lotes e com as calçadas; e o terreno do antigo Parque Infantil Santo Amaro foi transformado em praça pública em frente a um Teatro Popular e uma fração que está sem uso atualmente, mas que foi utilizada como canteiro de obras durante a implantação da Linha 5-Lilás do Metrô. As duas situações relatadas demonstram como a destinação dos terrenos impactou seu entorno imediato: a atual EMEI Borba Gato reflete a tipologia atual das escolas de ensino fundamental, com a edificação isolada e segregada do seu entorno, e por outro lado, o Teatro Municipal Paulo Eiró continua sendo uma referência urbana importante para a população santamarense, e foi utilizado recentemente na campanha da vacinação contra a Covid-19. Os resultados da investigação demonstram que a importância sobre a reflexão da transformação de uso de terrenos públicos municipais em locais significativos para as populações onde estão inseridos.

Os parques infantis fizeram parte de uma política pública que perdurou temporalmente por 4 décadas, de 1935 a 1985, um fato raro na gestão pública brasileira, e que pode servir de exemplo como uma política de estado e não apenas de um governo.

Referências

Berardi, M. H. P. (1981) *Santo Amaro. História dos bairros de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Municipal.

Conpresp. Resolução nº4, de 7 de outubro de 1993. (1993). Abre o processo de tombamento dos imóveis e logradouros que compõem o Eixo Histórico de Santo Amaro. São Paulo, SP. <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/RESOLUCAO-no-4.-1993-RESOLUCAO-no14-2002-RESOLUCAO-no27-2014.pdf>.

Conpresp. Resolução nº14, de 13 de agosto de 2002. (2002). Resolve tombar um conjunto de elementos constitutivos do ambiente urbano identificado como Eixo Histórico de Santo Amaro. São Paulo, SP. <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/RESOLUCAO-no-4.-1993-RESOLUCAO-no14-2002-RESOLUCAO-no27-2014.pdf>.

Conpresp. Resolução nº27, de 14 de outubro de 2014. (2014). Ajustamento do perímetro de tombamento do ambiente urbano identificado como eixo Histórico de Santo Amaro. São Paulo, SP. <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/RESOLUCAO-no-4.-1993-RESOLUCAO-no14-2002-RESOLUCAO-no27-2014.pdf>.

Duarte, M. A. (1941). Parques Infantis no Estado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo), 77.

Faria, A. L. G. (1999). A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. *Educação & Sociedade* (Campinas), 20, 69. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000400004.

Meio Milhão de crianças frequentaram os parques infantis no 1º semestre de 195º. (1950). *Jornal de Notícias*, (São Paulo), 4.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=583138&pesq=%22parque%20infantil%22%20%22santo%20Amaro%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=14299>.

Miranda, N. (1936). Plano inicial da secção de Parques Infantis. *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo), 21, 95-98.

Miranda, N. (1942). Parques Infantil. *Educação física: revista de esportes e saúde* (São Paulo), 63. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164070&pesq=%22parque%20infantil%20santo%20amaro%22&pasta=ano%20194&pagfis=5061>.

Niemeyer, C.A.C. (2002). *Parques Infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo, Anna Blume, FAPESP.

Niemeyer, C.A.C. (2005). Uma contribuição para a pesquisa em história do paisagismo: os parques infantis e as ressonâncias da tipologia Reform Park em São Paulo. *Paisagens em Debate: revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente*, (São Paulo), 3.

Notas e comentários (1938). Parques Infantis. *Correio Paulistano* (São Paulo), p.5. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=%22parque%20infantil%22%20%22santo%20amaro%22&pasta=ano%20193&pagfis=24718.

Oliveira, L. M. (2019). *O avanço do setor terciário em direção ao Eixo Histórico de Santo Amaro e a preservação do patrimônio histórico edificado*. In: Anais do XVIII Enanpur, (1–21), Natal.

Oliveira, L. M. e Pisani, M. A. J. (2021). *Descaracterização e desconfiguração do edifício moderno: Biblioteca Pública Belmonte, Santo Amaro, São Paulo*. In: Anais do XIV Seminário Docomomo Brasil: o modernismo em movimento. Usos, reusos, novas cartografias (1-18), Belém.

Os parques e recantos infantis, abrigos da criança paulista. (1951). *Correio Paulistano* (São Paulo), p. 46. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_10&pasta=ano%20195&pesq=%22recanto%20infantil%22&pagfis=6809.

Pesavento, S. J. (2015). *Um pouco sobre a Cidade de São Paulo e o Departamento Municipal de Cultura e Mário de Andrade*. In: Anais do 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade (28-43), Porto Alegre.

Ribeiro, B. (1952). Assistência médica à população prestarão os Parques Infantis. *Diário da Noite*, (São Paulo), 10. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&pesq=%22parque%20infantil%22%20%22santo%20amaro%22&pasta=ano%20194&pagfis=24212>.

São Paulo (Município). Decreto nº 12.115, 29 de julho de 1975. (1975). <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-12115-de-29-de-julho-de-1975/consolidado>.

São Paulo (Município). Decreto nº 20.348, de 5 de novembro de 1984. (1984). Consolida a criação de unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-20348-de-5-de-novembro-de-1984/consolidado>.

Serão ampliados e reformados os parques infantis de São Paulo. (1946). *Diário da Noite*, 25 mar., 3. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&pesq=%22parque%20infantil%22%20%22santo%20amaro%22&pasta=ano%20194&pagfis=4194>.